

## A PROPÓSITO DE MANA ESPAÇOS NACIONAIS E CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE IDÉIAS

Federico Neiburg

Este texto foi apresentado no simpósio "Anthropology in Print, the Transformation of Scholarly Publications" realizado na 100ª Reunião da American Anthropological Association (Washington, D.C., 28 de novembro-2 de dezembro de 2001), sob o patrocínio da Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, do qual participaram representantes de editoras científicas americanas e os editores de *Annual Review of Anthropology*, *American Anthropology*, *American Ethnologist*, *Social Anthropology* e *Mana*. O objetivo do simpósio foi discutir as transformações que o mundo das publicações antropológicas sofreu nas últimas décadas: as mudanças em revistas "estabelecidas" e a aparição de novas, o papel dos periódicos na definição de debates e questões, a relação entre sociedades científicas e publicações, a hierarquia global das revistas, o papel de editores e pareceristas, e o surgimento de novos formatos (como os digitalizados). A preocupação principal da reunião foi imaginar maneiras de incentivar o intercâmbio de experiências, descentralizando a produção e a edição, de forma a favorecer a criação de uma "comunidade internacional de antropólogos". A participação de *Mana* foi especialmente significativa pelo fato de ser a única revista presente no evento não editada em inglês.

### Introdução

No editorial de seu primeiro número, publicado em outubro de 1995, *Mana. Estudos de Antropologia Social* afirmava o desejo de ser herdeira de "uma parte da história nacional e internacional da antropologia [...] um ponto de encontro entre ambas". Esta afirmativa ganha sentido quando se leva em conta dois fatores: (a) sua publicação em português, reconhecendo-se tanto o caráter marginal deste idioma em relação às línguas dominantes no âmbito da disciplina, como a existência de um campo de produção e publicação antropológicas no espaço nacional brasileiro; e (b) o nome da revista trazia embutida uma declaração de independência de qualquer contexto nacional ao mesmo tempo que a expressão de uma vontade de identificação com as melhores tradições universalistas na antropologia.

Tais decisões não pareceriam como naturais para quem quer que decidisse publicar um periódico científico longe dos grandes centros internacionais. Tampouco foram escolhas evidentes para os criadores de *Mana*, professores e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na discussão que precedeu a criação da revista, foram levantadas outras possibilidades. Por que não, por exemplo, publicar a revista diretamente em inglês, ou então em diversas línguas simultaneamente, incluindo textos originais em português bem como em espanhol, francês e inglês? Quanto ao nome, por que não escolhê-lo em uma das diversas línguas faladas no território brasileiro? Ou por que não simplesmente “Estudos de Antropologia Social”?

O cultivo de uma vocação cosmopolita a partir de um lugar periférico requer uma atitude particularmente reflexiva a respeito das relações entre os espaços nacionais e internacionais de produção e publicação. Há nesse caso um delicado equilíbrio entre as ambições e as limitações, impostas pela necessidade de manter uma orientação nacional, pelo desejo de estabelecer diálogos e afirmar legitimidade para além das fronteiras nacionais, e pela rejeição tanto do nacionalismo quanto do naciocentrismo. Não há melhor oportunidade do que este simpósio para tomar como objeto alguns dos elementos dessa relação tensa entre ambições e limitações, através de um relato sintético da ainda breve história de *Mana*.

### Notas bibliográficas

Foram publicados até hoje treze números de *Mana*. Metade dos seus autores pertence a instituições brasileiras, enquanto a outra metade divide-se entre aqueles filiados a instituições situadas na França (17%), na Inglaterra (10%), nos Estados Unidos (6%), em outros países da América Latina (6%) e em outros países europeus (6%)<sup>1</sup>. Dos artigos publicados, 40% tratam de objetos situados em território nacional, 40% estudam objetos situados em outros Estados-nação, e os demais 20% abordam questões relativas à teoria crítica ou à história social ou conceitual das ciências sociais em geral.

Dentre os autores que assinaram artigos em *Mana*, aparecem, além daqueles primeiros antropólogos brasileiros que receberam reconhecimento internacional (como Roberto Cardoso de Oliveira e Roberto DaMatta), vários representantes das primeiras gerações de profissionais brasileiros formados no Brasil ou no exterior (como Manuela Carneiro da

Cunha, Luiz Fernando Dias Duarte, Peter Fry, Yonne Leite, José Sergio Leite Lopes, João Pacheco de Oliveira, Mariza Peirano, Lygia Sigaud, Giralda Seyferth, Eduardo Viveiros de Castro, Gilberto Velho e Otávio Velho), bem como pesquisadores que obtiveram seu doutorado recentemente e estudantes nas etapas finais da pós-graduação. Quanto aos autores estrangeiros, dividem-se entre “grandes nomes” (tais como Howard Becker, Pierre Bourdieu, Mary Douglas e Marshall Sahlins), membros reconhecidos de uma geração intermediária (como, p. ex., Luc Boltanski, Roger Chartier, Philippe Descola, Ulf Hannerz, Marilyn Strathern e Joanna Overing), e também autores mais novos, cujas carreiras estão em construção nos países centrais.

### Primeira observação: naciocentrismo

A distribuição entre autores brasileiros e estrangeiros não corresponde a uma divisão de trabalho ajustada à localização territorial dos respectivos objetos, o que contradiz um princípio central na hierarquia da produção e publicação internacionais em ciências sociais. Dos artigos de autores brasileiros<sup>2</sup>, há vários que abordam objetos situados além das fronteiras nacionais, e outros para os quais a existência de fronteiras é irrelevante em termos da perspectiva teórica adotada<sup>3</sup>. Por outro lado, apenas uma pequena parte dos artigos de autores estrangeiros aborda populações situadas dentro do território brasileiro (dentre os que o fazem, a maioria refere-se a sociedades amazônicas). Por fim, verifica-se que os autores não-brasileiros que aparecem em *Mana* dificilmente poderiam ser descritos como “brasilianistas” ou “latino-americanistas” — ao contrário do que ocorre, por exemplo, com aqueles que publicam em periódicos especializados na Inglaterra (como o *Journal of Latin American Studies*), nos Estados Unidos (como o *Journal of Latin American Anthropology*), ou na França (como o *Cahiers d'Études sur le Brésil Contemporaine*), e ainda em outras revistas de ciências sociais editadas no Brasil<sup>4</sup>.

### Segunda observação: ineditismo

Ao contrário da maioria dos periódicos do gênero editados em línguas “fracas”, que normalmente trazem traduções de textos previamente publicados por autores estrangeiros em suas próprias línguas “fortes”, *Mana* vem mantendo rigorosamente sua política de veicular apenas tra-

balhos originais, traduzindo manuscritos inéditos. A revista procura participar dos circuitos internacionais em igualdade de condições, seja através das referências a seus artigos, seja através da reedição de textos originalmente publicados em *Mana* em outros periódicos ou em livros (em inglês, francês, português ou espanhol). Para os autores estrangeiros, o interesse de publicar em *Mana* é resultado de diversos motivos, a depender do país de origem, do momento na carreira acadêmica e da área de interesse. A maioria participa, de uma maneira ou de outra, da ampla e densa rede de relações entre indivíduos e instituições que se consolida, como veremos adiante, em função da orientação internacional da antropologia brasileira. Na verdade, poucos dos autores “atraídos” para a revista estão “livres” desses vínculos sociais. Por outro lado, deve-se considerar que geralmente a publicação de um artigo em português não inviabiliza sua posterior publicação em uma língua “forte”, já que o português é considerado demasiadamente local para romper o ineditismo de um texto no plano global.

### Terceira observação: fundamentalismo

O conteúdo dos artigos e a filiação institucional dos autores e dos membros do Conselho Editorial de *Mana* implicam uma concepção ampla de antropologia, que rejeita os fundamentalismos teóricos e disciplinares, tão comuns tanto no centro como na periferia. Os autores “não-antropólogos” (e os “não-antropólogos” que fazem parte do Conselho Editorial, como os sociólogos e historiadores) compartilham uma mesma sensibilidade intelectual, cujos termos foram claramente delineados no editorial do primeiro número da revista: rigor conceitual vinculado à pesquisa empírica metódica, com o objetivo de produzir uma visão totalizadora da vida social e cultural, que seja compreensiva (e não normativa).

O conteúdo da revista reflete as marcas distintivas da disciplina no Brasil e da antropologia praticada pelos antropólogos do Museu Nacional. *Mana* contém artigos elaborados a partir de diferentes pontos de vista teóricos, enfocando temas variados, tais como: a organização social e a cosmologia de grupos amazônicos; processos de etnogênese entre populações indígenas e negras integradas ao Estado-nação; estudos sobre relações raciais (no Brasil e nos Estados Unidos); práticas e representações associadas ao mundo da política (no Brasil, na Argentina ou na Colômbia); práticas religiosas (no Brasil, em Portugal ou em Moçambique); minorias nacionais e nacionalismo (na Catalunha, no Brasil, na

Argélia ou na Argentina); meio ambiente e movimentos sociais no Reino Unido; hábitos de leitura e literatura popular na Europa; nacionalismo e edição de livros no Brasil; economia e economistas na França etc. Há também textos abordando as trajetórias sociais e o conteúdo das obras de autores consagrados (tais como Bateson, Mauss, Sahlins, Weber ou Wundt) e seções dedicadas à publicação de conferências, debates e entrevistas<sup>5</sup>.

Em suma, ao longo de seus sete anos de existência, *Mana* conseguiu tornar-se uma revista antropológica brasileira, sem ser naciocêntrica; uma publicação feita no Brasil, sem ser provinciana<sup>6</sup>; um canal para antropólogos não-brasileiros, sem ser um espaço reservado para brasilianistas; e uma revista de antropologia que não evoca nenhum fundamentalismo teórico ou disciplinar.

A essas características, deve-se acrescentar ainda outra. *Mana* surgiu da iniciativa de um grupo fortemente coeso de membros de uma instituição que ocupa lugar central na antropologia brasileira. Mas a revista busca ser mais do que um canal para a difusão dos trabalhos feitos no PPGAS<sup>7</sup>. A rede de indivíduos que compõem o Conselho Editorial, que tiveram seus artigos publicados ou que atuaram como pareceristas não apenas se estende para além das fronteiras nacionais como também abrange os principais grupos de pesquisa no Brasil. Sem ser uma publicação de uma associação científica (ainda que vários de seus membros sejam atuantes nas principais associações científicas do país), e sem se pretender representante de uma “antropologia nacional”, *Mana* expressa a consciência que os antropólogos brasileiros possuem dos efeitos que sua inserção no campo internacional teve, e tem, na consolidação da disciplina no Brasil<sup>8</sup>.

## Uma singular vocação cosmopolita

O Brasil integrou-se à história da antropologia e das ciências sociais de maneira singular. As elites sociais e intelectuais do país ofereciam aos grandes centros internacionais a oportunidade de conhecer universos sociais e culturais complexos (sociedades amazônicas, relações raciais, modernização). Em troca, os pesquisadores estrangeiros que vieram estudar tais universos participaram da institucionalização das ciências sociais no país. O exemplo mais conhecido é a chamada “Missão Francesa” que, nos anos 30, se integrou à recém-criada Universidade de São Paulo, incluindo uma legião de nomes que logo se tornariam famosos, como Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide e Fernand Braudel.

Três décadas mais tarde, em 1968, em um momento que coincide com a substituição da Europa pelos EUA como eixo das relações internacionais, foi criado o primeiro Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O PPGAS nasceu a partir de dois grandes projetos de pesquisa: um deles era o “Estudo Comparativo de Sociedades Nativas do Brasil”, financiado pelo Latin American Social Science Research Council; o outro era o “Projeto de Pesquisa Harvard-Brasil Central”, que surgiu a partir de um convênio entre a Universidade de Harvard e o Museu Nacional. O PPGAS surge também sob os auspícios da Fundação Ford e das cada vez mais ativas agências governamentais de fomento ao desenvolvimento científico (tais como a CAPES, o CNPq e a FINEP, criadas a partir do final dos anos 50). Desde então, o PPGAS tem sido sede de grandes projetos coletivos de pesquisa. Foi no âmbito desses projetos que a maioria dos seus alunos recebeu sua formação, e é a eles que está referida a grande maioria dos artigos publicados na revista *Mana* por autores ligados ao PPGAS<sup>9</sup>.

Ao comparar a constituição das ciências sociais no Brasil (e, especificamente, a história da antropologia no Museu Nacional) com outras experiências latino-americanas, sobressaem duas importantes características: um elevado grau de continuidade institucional e uma considerável independência em relação aos poderes do Estado e à lógica das lutas políticas. Quando foi criado o PPGAS, o país passava por um dos períodos mais sombrios de sua história recente, sendo governado desde 1964 por uma ditadura militar. Mas, ao contrário do que ocorreu em outros países (na vizinha Argentina, por exemplo), o contexto autoritário permitiu e até mesmo favoreceu a profissionalização das ciências sociais. Por outro lado, ainda que os antropólogos viessem já há algum tempo participando das agências governamentais voltadas para a administração das populações nativas, a presença e o peso do “indigenismo” na antropologia acadêmica brasileira sempre foi menor do que na outra antropologia nacional forte da América Latina: a mexicana, cuja produção sofreu os efeitos da excessiva proximidade ao Estado<sup>10</sup>.

A origem social dos fundadores da antropologia acadêmica brasileira e o capital social por eles acumulado estão na base de sua capacidade específica para lançar mão de uma série de recursos de maneira relativamente harmoniosa e bem-sucedida. Por um lado, a proximidade com o Estado (e com indivíduos do Estado, independentemente da orientação política dos governos) favoreceu a manutenção de canais permanentes de fluxo de recursos, apesar da clara atitude de oposição aos governos

autoritários. Por outro, uma forte integração com redes internacionais possibilitou tanto o ingresso de recursos como a legitimação acadêmica.

Esse “jogo duplo” entre os planos nacional e internacional evidencia outra qualidade dos antropólogos e cientistas sociais brasileiros: a transformação da limitação representada pelo uso de uma língua periférica na virtude do multilingüismo. Todo estudante de doutorado no país deve ler ao menos quatro línguas: português, inglês, espanhol e francês. Para espanto dos vizinhos latino-americanos (e não apenas deles), as prateleiras das bibliotecas de ciências sociais no Brasil estão tomadas por títulos em diversas línguas<sup>11</sup>.

Evidentemente que a antropologia havia nascido no Brasil antes da implantação da pós-graduação no final da década de 60. Ela estava inicialmente vinculada aos museus de história natural (como por exemplo o próprio Museu Nacional, que tinha um setor de antropologia). A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) foi fundada em 1955. Conforme mencionado, os indivíduos que recebiam formação na área sempre trabalharam em agências estatais dedicadas à administração das populações nativas (no “Setor de Estudos” do Serviço de Proteção aos Índios, por exemplo)<sup>12</sup>. Muitos aspectos de *Mana* revelam a herança dessa história<sup>13</sup>. A existência da revista pode ser compreendida no contexto da profissionalização da disciplina e da vertiginosa expansão do mercado nacional de consumo de idéias e publicações relacionadas com a antropologia (e as ciências sociais em geral).

*Mana* foi criada em um contexto marcado por uma enorme expansão dos mundos acadêmico e antropológico no país. O número de Programas de Pós-Graduação em Antropologia praticamente dobrou depois dos anos 80 (hoje, há dez), e o número de doutores aumentou geometricamente. Até 2001, cerca de 400 títulos de doutor haviam sido concedidos em todo o país, bem como em torno de 700 títulos de mestre. A Associação Brasileira de Antropologia possui atualmente pouco mais de 900 membros e mais de 1.000 pessoas freqüentam suas reuniões bianuais. Nos anos 90, foram fundadas Regionais da ABA, que se tornaram importantes para a dinâmica da antropologia inclusive nos países vizinhos. Talvez a maior evidência do impacto da antropologia brasileira no exterior seja o grande número de estudantes estrangeiros matriculados nos programas de pós-graduação no país. No PPGAS do Museu Nacional, por exemplo, a média de estudantes estrangeiros matriculados vem se mantendo, desde o início dos anos 90, em cerca de 30%, uma proporção notável no contexto internacional — especialmente em se tratando de antropologias “periféricas”. O Ministério das Relações Exteriores mantém um

programa de bolsas para estudantes de nações em desenvolvimento, e além disso (algo ainda mais digno de nota) as bolsas regularmente concedidas para estudantes de pós-graduação pelas agências federais não fazem distinção entre brasileiros e estrangeiros. Essa consolidação do mercado nacional se conjuga a um (já não mais incipiente) mercado sul-americano para a produção antropológica brasileira<sup>14</sup>. Eu mesmo sou um exemplo da capacidade de atração desse dinamismo: nascido na Argentina, recebi no México minha formação acadêmica inicial na disciplina e (do mesmo modo que os dois outros primeiros editores de *Mana*) obtive meu título de doutor no PPGAS do Museu Nacional.

### Limites e Ambições

Quando o primeiro número de *Mana* foi publicado, havia no país dois outros periódicos importantes na área. O mais antigo era a *Revista de Antropologia*, que surgiu em 1957 como órgão oficial da ABA, e que, desde 1978, havia passado a ser editado pelo Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, sem ainda conseguir regularizar sua periodicidade. A outra publicação era o *Anuário Antropológico*, editada desde 1976 pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Os antropólogos do Museu Nacional tinham vínculos mais fortes com esse periódico (em função, entre outras coisas, de uma história de proximidades pessoais e institucionais).

A publicação de periódicos de antropologia era talvez o único plano da institucionalização da disciplina no qual o grupo de antropólogos do Museu Nacional ainda não se havia envolvido<sup>15</sup>, embora o Museu Nacional tivesse por muitos anos editado uma coleção de *Boletins* e o PPGAS ocasionalmente publicasse as *Comunicações*, contendo artigos sobre pesquisas em andamento na instituição<sup>16</sup>. A criação de *Mana* envolveu um componente geracional. Porém, se a iniciativa foi dos “jovens” (que se haviam tornado professores do PPGAS nos dois anos anteriores à publicação do primeiro número), nela logo se engajaram os outros colegas do Programa.

*Mana* está ligada a um fenômeno relativamente recente na antropologia brasileira: a ampliação do número de periódicos. Tais periódicos trouxeram à tona uma das principais características do campo das ciências sociais no país: o papel central dos programas de pós-graduação, agentes-chave na produção do conhecimento, na busca de recursos, na política acadêmica e, mais recentemente, na publicação de revistas<sup>17</sup>. Ao contrário do que se verifica nos EUA, a circulação de indivíduos entre

instituições é relativamente rara no Brasil. Ao mesmo tempo, está ausente a figura do pesquisador “puro”, como existe na França, fazendo com que seja necessário se vincular a um programa em alguma universidade para participar do campo acadêmico (e também para receber qualquer financiamento do CNPq).

A dinâmica competitiva do campo editorial nacional reflete certamente a dinâmica competitiva em que se envolvem indivíduos e instituições. A “cultura da avaliação” impôs ao micromundo da antropologia brasileira o lema perverso do *publish* (seja o que for) *or perish*<sup>18</sup>. Isso teve, contudo, um efeito inegavelmente positivo na renovação não só do conteúdo como também do *layout* e da qualidade gráfica dos periódicos.

É bastante provável que alguma forma de *aggiornamento* surja na seqüência da atual abundância de revistas. De qualquer modo, a escassez de material não se apresenta neste momento como dificuldade. *Mana* tem mantido uma média estável de aceitação dos manuscritos apresentados por indivíduos vinculados a instituições brasileiras de pouco mais de 30%<sup>19</sup>. Assim, do ponto de vista da produção, a falta de artigos não parece ser o principal problema para a publicação de revistas científicas no Brasil (ainda que ocasionalmente encontremos editores “à caça de artigos”). Uma dificuldade mais sutil emerge da participação dos antropólogos nos circuitos internacionais: *Mana* compete por artigos de autores brasileiros não apenas com revistas publicadas no país, mas também com periódicos editados fora do Brasil, em inglês ou francês — como mostra a crescente freqüência de autores brasileiros em revistas internacionais de primeira linha publicadas na Europa ou nos Estados Unidos.

Do ponto de vista da distribuição, as complicações são muito maiores. *Mana* é publicada semestralmente, com uma tiragem de 1.000 exemplares por número. Cerca de 100 deles se destinam a uma das principais funções dos periódicos científicos brasileiros: enriquecer as bibliotecas através de intercâmbio com outras publicações, tanto no Brasil como no exterior. Apesar da presença irregular nas livrarias (e do fato de que, como em quase todos os lugares, também no Brasil raramente o público compra revistas científicas em livrarias), cerca de 150 exemplares costumam ser ali vendidos a cada semestre. O problema mais grave diz respeito às assinaturas: *Mana* nunca teve muito mais do que 200 assinantes, e as assinaturas institucionais não passam de duas dúzias, números certamente inimagináveis para revistas equivalentes publicadas na Europa ou nos Estados Unidos<sup>20</sup>.

Esse é o aspecto mais precário do campo das publicações científicas no país. Trata-se de um fenômeno geral, que afeta todas as revistas cien-

tíficas: as bibliotecas brasileiras não acompanharam o dinamismo crescente do campo científico nacional. Uma política autônoma de aquisições não chegou a ser instituída (as preferências e animosidades dos membros dos departamentos também possuem um peso excessivo nesse aspecto). O mais grave é que, ao liberarem cada vez menos recursos para as bibliotecas, os Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação fracassaram em suas tentativas de modernizar essa área estratégica para o funcionamento do campo acadêmico.

Como ocorre com todas as revistas científicas publicadas no país, *Mana* é integralmente financiada por fundos de agências governamentais. Dado o pequeno número de assinaturas, a publicação de revistas científicas não é atraente para as editoras comerciais. No Brasil, não surgiu nada que se possa comparar aos editores comerciais dedicados a revistas científicas que existem no mundo anglo-saxão. Tampouco há uma tradição de filantropia científica, na linha da que em alguns países centrais garante o financiamento de bibliotecas.

Assim, atualmente o Estado continua a ser o principal ator no campo científico nacional, apesar de alguns movimentos em sentido oposto promovidos pelo credo neoliberal que ao longo dos últimos anos se mostrou tão influente nas políticas públicas. Em função disso, é paradoxal que o mesmo Estado que financia a publicação das revistas científicas não dê suficiente apoio às bibliotecas públicas que deveriam comprar tais revistas.

Também é na distribuição de *Mana* que se torna mais evidente a posição de relativa subordinação que a revista ocupa no espaço internacional. Menos de uma dúzia de instituições estrangeiras assinam a revista. *Mana* é distribuída no exterior mediante trocas e especialmente através dos 150 exemplares de cada número que são repassados à rede de indivíduos e instituições “amigos” da revista. Problemas semelhantes surgem com relação aos principais Índices de Citações, uma frente na qual é preciso batalhar para assegurar a presença constante da revista<sup>21</sup>.

A expansão da digitalização abre novas perspectivas e problemas. Aparentemente, o Brasil não está muito atrasado na exploração das possibilidades e dilemas que essas transformações introduzem no mundo das revistas científicas. Estamos atualmente passando por um período de transição cuja principal característica é o livre acesso às publicações digitalizadas, por um período limitado, nas bibliotecas públicas brasileiras. *Mana* mantém uma *homepage* e está integrada à Scientific Electronic Library On-Line (SciELO), onde podem ser encontrados os artigos completos dos últimos quatro volumes, em formato PDF<sup>22</sup>.

## Epílogo

Através deste breve relato da história de *Mana*, busquei delinear alguns dos efeitos que a articulação dos espaços nacional brasileiro e internacional tem sobre a produção e a publicação em antropologia e em ciências sociais. O caráter multifacetado dessas relações e os efeitos que elas produzem não permitem nenhuma conclusão de caráter profético. Vimos como tal articulação foi essencial para o crescimento da antropologia brasileira. No atual momento, os riscos não parecem pequenos. As idéias e práticas do mundo global tendem a eliminar formas sociais não globalizadas. Em um mundo marcado pela distribuição desigual das capacidades lingüísticas, o ideal de um idioma único e universal para a ciência revela-se uma imposição — nada que se pareça ao resultado de uma vontade democrática. Nessas condições a vocação cosmopolita das elites periféricas encontra novos desafios. A história de *Mana*, ainda que curta, permite-nos detectar algumas novas possibilidades. Uma delas é a construção de redes de revistas científicas que possam publicar, com certo grau de simultaneidade, os mesmos textos originais. Há alguns anos, tivemos uma experiência inicial nesse sentido com a revista *Ethnos*, que foi criada em Estocolmo e é publicada em inglês. Mais recentemente, começamos a estruturar uma rede mais ambiciosa, que inclui *Ethnography* (publicada em inglês, lançada recentemente pela editora Sage Publishers), *Gènese*, editada em Paris pelo Departamento de Ciências Sociais da École Normale Supérieure e o CNRS, e *Apuntes de Investigación*, publicado pela Universidade de Buenos Aires. Acordos mais específicos estão sendo arranjados com o *Current Anthropology* e com o *Anthropology Today*. Agora, como antes, essas redes ganham consistência em razão de afinidades éticas e teóricas e de proximidades pessoais e institucionais. Certamente, outras possibilidades poderão vir a ser criadas. A participação neste simpósio é, nesse sentido, um sinal extremamente positivo.

## Notas

<sup>1</sup> A distribuição dos autores das resenhas e artigos bibliográficos é semelhante. Cerca da metade dos livros resenhados foi publicada por editoras brasileiras, enquanto a outra metade refere-se a livros editados em inglês ou francês.

<sup>2</sup> Nesse contexto, o adjetivo “brasileiro” refere-se ao pertencimento institucional e não à nacionalidade.

<sup>3</sup> Em termos numéricos, 40% dos artigos publicados abordam objetos situados em território brasileiro. Esta proporção é extremamente alta se comparada à dos periódicos centrais no plano internacional, mas é muito baixa se cotejada à daqueles publicados em outros países da América Latina e mesmo à de outras revistas de antropologia ou ciências sociais editadas no Brasil, nas quais a porcentagem de autores pertencentes a instituições estrangeiras tende a ser menor que 10%.

<sup>4</sup> A respeito do brasilianismo e especificamente das publicações dos brasilianistas no Brasil, ver Pontes (1995).

<sup>5</sup> A revista já publicou longas entrevistas com Noam Chomsky, Mary Douglas, Ken Hale, Ulf Hannerz, Adam Kuper, Claude Lévi-Strauss, Abdelmalek Sayad, Isaac Schapera, Marilyn Strathern, Stanley Tambiah, Ranginui Walker e Eric Wolf, entre outros.

<sup>6</sup> A respeito da distinção entre a antropologia *do* Brasil e a antropologia *feita no* Brasil, cf. Peirano (2000).

<sup>7</sup> Do total, 20% dos autores publicados na revista *Mana* estão ligados ao PPGAS (com relação aos autores vinculados a instituições brasileiras, essa proporção sobe para 36%).

<sup>8</sup> *Mana* possui uma Comissão Editorial formada pelos professores do PPGAS e um Conselho Editorial composto por pouco mais de uma vintena de antropólogos e cientistas sociais do Brasil e de outros países. O espaço de discussão coletiva da política editorial da revista (executada pelos editores e pela secretária de redação) são as reuniões semestrais da Comissão Editorial.

<sup>9</sup> Para uma história do PPGAS, cf. Leite Lopes (1992); ver, também, Castro Faria (1993). Sobre o Projeto Harvard-Brasil Central cf. Melatti neste número de *Mana*.

<sup>10</sup> A respeito da institucionalização das ciências sociais no Brasil, ver Miceli (1989; 1995); sobre a antropologia social especificamente, ver Corrêa (1995). A respeito das relações entre o indigenismo brasileiro e o mexicano, ver Lima (2000) e Ramos (1998). Sobre a antropologia nacional mexicana, ver Lomnitz (2000). Sobre a relação entre a produção do conhecimento antropológico e o trabalho dos antropólogos nas agências estatais e ONGs voltadas para a defesa dos direitos indígenas, ver Oliveira (2000). Para uma análise comparativa mais geral (que inclui outros casos da Europa, Ásia e África), ver L'Estoile, Neiburg e Sigaud (2000).

<sup>11</sup> Na origem dessa virtude está sem dúvida um traço mais geral das elites intelectuais brasileiras que sempre foram educadas em várias línguas. O elemento distintivo foi a “democratização” desse traço, através de políticas estatais sistemáticas de formação de cientistas, inclusive cientistas sociais (nesse sentido, foram especialmente importantes as bolsas no exterior para os vários níveis da carreira).

<sup>12</sup> É interessante observar como os principais agentes da profissionalização da disciplina no país circularam por esses espaços antes da fundação dos primeiros programas de pós-graduação. O caso mais notável é o de Roberto Cardoso de Oliveira, o “pai da antropologia acadêmica” no país. Ele se graduou na Universidade de São Paulo, foi para o SPI, e pouco depois fundou o PPGAS no Museu Nacional. Sobre a antropologia antes e depois da era da pós-graduação no Brasil, cf. Corrêa (1995) e Rubim (1997).

<sup>13</sup> O exemplo mais recente é a publicação, em *Mana*, vol. 7, nº 2, de 2001, de manuscritos originais de Curt Nimuendajú, encontrados nos arquivos do Museu Nacional. Nimuendajú (que nasceu em Jena) foi um dos primeiros etnógrafos modernos a trabalhar em território brasileiro, no início do século XX. Ele também era ligado ao Museu Nacional (ver, também, Melatti, neste número).

<sup>14</sup> Trata-se de um aspecto do próprio dinamismo do mercado editorial brasileiro em ciências sociais (desde os anos 80, sensivelmente maior do que o mercado de livros publicados em espanhol). Ver Sorá (1996).

<sup>15</sup> Muitos dos membros seniores do grupo tiveram, e seguem tendo, papéis-chave no mercado nacional de livros de antropologia e ciências sociais (inicialmente junto às editoras comerciais, e mais recentemente também junto às editoras universitárias).

<sup>16</sup> O surgimento quase simultâneo da revista *Horizontes Antropológicos* (editada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e voltada para a publicação de números temáticos) revela que, naquele momento, outros antropólogos, situados em outros espaços institucionais, tinham sentimentos semelhantes.

<sup>17</sup> Publicações institucionais são o padrão dominante nas revistas de ciências sociais no Brasil. A principal exceção é, certamente, a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, publicada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).

<sup>18</sup> A respeito da “cultura da avaliação” (*audit culture*), ver Strathern (1997). A proliferação de revistas no país (cujo capítulo mais recente é a criação de revistas editadas por estudantes de pós-graduação) também reflete os custos decrescentes de publicação permitidos pelas novas tecnologias.

<sup>19</sup> Sintomaticamente, esse número chega a 60% quando se trata de autores estrangeiros, revelando um princípio subjacente de hierarquização. Por outro lado, em termos nacionais (e certamente também com relação a outras antropologias periféricas), um índice de 40% de rejeição de manuscritos apresentados por autores estrangeiros é sem dúvida bastante alto.

<sup>20</sup> É impossível, contudo, quantificar um dos principais mecanismos de distribuição dos textos publicados em *Mana*: as fotocópias dos artigos.

<sup>21</sup> Hoje *Mana* está indexada em Anthropological Index; Clase – Citas Latino-americanas em Ciencias Sociales y Humanidades; DataÍndice; Sociological Abstracts; Linguistic and Language Behaviour Abstracts; Social Planning/ Policy & Development Abstracts.

<sup>22</sup> O endereço da revista é: [www.alternex.com.br/~ppgas/mana.html](http://www.alternex.com.br/~ppgas/mana.html). O endereço do SciELO é <http://www.scielo.br/>

## Referências bibliográficas

- CASTRO FARIA, Luiz de. 1993. *Antropologia: Escritos Exumados. Espaços Circunscritos; Tempos Soltos*. Niterói, RJ: EdUFF.
- CORRÊA, Mariza. 1995. "A Antropologia no Brasil (1960-1980)". In: S. Miceli (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil* (vol. 2). São Paulo: Sumaré.
- LEITE LOPES, José Sergio. 1992. "Vinte Anos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ". *Comunicações do PPGAS*, 2.
- L'ESTOILE, Benoit de, NEIBURG, Federico e SIGAUD, Lygia. 2000. "Savoirs Anthropologiques, Administration de Populations et Construction de l'État". *Revue de Synthèse*, 3-4:233-264. Paris: Albin Michel.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. 2000. "L'Indigénisme au Brésil. Migration et Ré-Appropriations d'un Savoir Administrative". *Revue de Synthèse*, 3-4:381-410. Paris: Albin Michel.
- LOMNITZ, Claudio. 2000. "Bordering on Anthropology: Dialectics of a National Tradition (Mexico)". *Revue de Synthèse*, 3-4:345-380. Paris: Albin Michel.
- MICELI, Sergio. 1989. "Condicionantes ao Desenvolvimento das Ciências Sociais". In: S. Miceli (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil* (vol. 1). São Paulo: Vértice.
- . 1995. "A Fundação Ford e os Cientistas Sociais no Brasil". In: S. Miceli (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil* (vol. 2). São Paulo: Sumaré.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. (2000). "Sur l'Expertise en Anthropologie: Territoires et Identités Indigènes au Brésil". *Revue de Synthèse*, 3-4:411-436. Paris: Albin Michel.
- PEIRANO, Mariza G. S. 2000. "A Antropologia como Ciência Social no Brasil". *Etnográfica*, 4(2):219-232.
- PONTES, Heloisa. 1995. "Brasil com Z. A Produção Estrangeira sobre o País, Editada aqui, sob a Forma de Livro, entre 1930 e 1988". In: S. Miceli (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil* (vol. 2). São Paulo: Sumaré.
- RAMOS, Alcida. 1998. *Indigenism. Ethnic Politics in Brazil*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press.
- RUBIM, Cristina Rezende. 1997. "Os Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social". *Horizontes Antropológicos*, 3(7):97-128.
- SORÁ, Gustavo. 1996. "Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*, 41:3-34.
- STRATHERN, Marilyn. 1997. "Improving Ratings': Audit in the British University System". *European Review*, 5(3).

## Resumo

*Mana. Estudos de Antropologia Social* foi criada em 1995 por um grupo de professores e pesquisadores de uma das mais antigas e tradicionais instituições de ensino e pesquisa em antropologia no Brasil: o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ). Foi concebida como um canal para a discussão de pesquisas originais em antropologia, levadas a cabo por autores não necessariamente sediados em instituições brasileiras e que não necessariamente tivessem o Brasil ou a América Latina como seu horizonte de indagações empíricas. Nesse sentido, a revista foi bem-sucedida, transformando-se em uma vitrine da antropologia feita no Brasil e do dinamismo dos debates internacionais na disciplina (publicando artigos tanto de jovens pesquisadores quanto de nomes academicamente reconhecidos). No entanto, o universalismo que exprime o conteúdo de *Mana* contrasta com o fato de ela ser publicada em português – língua não associada às tradições intelectuais dominantes na disciplina e que ocupa lugar periférico no circuito internacional das publicações científicas. Com base nessa experiência, o artigo discute algumas questões relativas às relações entre a formação de espaços acadêmicos nacionais e a circulação internacional de idéias e teorias.

**Palavras-chave** Publicações Científicas, Centro-Periferia, Circulação Internacional de Idéias

## Abstract

*Mana. Estudos de Antropologia Social* was created in 1995 by a group of lecturers and researchers from one of Brazil's oldest and most traditional institutions of teaching and research in anthropology, the Department of Social Anthropology of the Museu Nacional in Rio de Janeiro. It was planned from the start to serve as an outlet for the discussion of original anthropological research, produced by authors neither necessarily connected to Brazilian institutions, nor necessarily focusing on Brazil and Latin America as the location for their empirical research. The journal has proven highly successful in attaining these aims: it has become a showcase for both the anthropology produced in Brazil and the dynamism of the international debates in the discipline (publishing original papers by both young researchers and academically renowned authors from various countries). However, the universalism displayed by the journal's content contrasts with the fact that it is published in Portuguese – a language not associated with the discipline's predominant intellectual traditions and occupying a marginal place in international scientific publishing. Based on this experience, the paper focuses on a number of issues concerning the relations between the formation of national academic spaces and the international circulation of ideas and theoretical models.

**Key words** Scientific Publishing, Centre-Periphery, International Circulation of Ideas